

Por política, Otelo é ferido pela esposa

Rio — Divergências políticas e ciúmes de sua ex-mulher. Estes foram os motivos apresentados pelo ator Grande Otelo para a briga que teve na madrugada de ontem com sua atual mulher, a atriz Josephine Helene, quando acabou levando a pior: foi esfaqueado. Grande Otelo, levado para o Hospital Miguel Couto, recebeu dois pontos, sendo liberado para prestar depoimento na 15ª DP, na Gávea.

Grande Otelo pretendia se filiar ao Partido Socialista Brasileiro (PSB) e não ao Partido Comunista Brasileiro (PCB) como queria Josephine. Os filhos do ator informaram que as divergências políticas já tinham provocado uma grande discussão entre os dois, numa festa patrocinada pela atriz para militantes do PCB.

O casamento do ator Grande Otelo, de 71 anos, com a atriz Maria Helena Soares Prata, a Josephine Helene, de 42 anos, chegou ontem de madrugada à fase mais crítica, quando ela, durante uma das constantes discussões do casal, o esfaqueou no peito, próximo ao coração.

Na delegacia, Sebastião Bernardes de Souza, mais conhecido no País e exterior como Grande Otelo, contou que eles chegaram de um show já discutindo, e que quando ele pronunciou o nome de sua ex-mulher Sílvia de Souza, que atualmente é casada com o compositor Baden Powell, Josephine pegou uma faca na cozinha e o agrediu. "Só que ela não conseguiu atingir onde queria" — disse Otelo, mostrando um curativo sobre o ferimento no lado esquerdo do peito, próximo ao coração.

Sentado numa velha cadeira na sala do plantão da delegacia, olhar cansado de uma noite em claro, vestindo um terno bege sobre uma camisa preta estampada e manchada de sangue e calcando ainda sapatos marrom, Otelo falou pouco de sua vida conjugal. Sem citar o nome da esposa, Otelo disse que conheceu Josephine há 13 anos no Teatro Vivaldino, quando ambos trabalharam juntos na peça "Criada de dois patrões", dirigida por José Renato.

— Conheci a moça (Josephine), levei-a lá para casa. Há dois anos nos casamos e ela exigiu que eu comprasse um apartamento no nome dela e mais um terreno em Maricá, onde não conseguimos construir coisa alguma — revelou.

Ontem, após a agressão, o ator disse que não voltaria mais para casa. "Meu relacionamento com ela acabou hoje" — enfatizou.



Grande Otelo

Fenen fará lobby até com "briga"

Porto Alegre — "Enfrentar nas galerias, do primeiro ao último minuto de votação, os grupos de pressão, valendo para tanto gritos, discussão, insulto, provocação, briga, expulsão, constrangimento e tudo o mais". Essas recomendações, apesar de estranhas, não partem de nenhum grupo político radical, como poderia se supor num primeiro momento. Elas integram a cartilha distribuída esta semana a todos os diretores de escolas particulares do País pela Federação Nacional dos Estabelecimentos de Ensino (Fenen). Chamada de "Cartilha de Guerrilha Lobista", o documento pede a mobilização de todas as escolas e ensina como pressionar pela aprovação de propostas de seu interesse pela Assembleia Nacional Constituinte.

A cartilha circula em papel timbrado da entidade e destaca que é preciso que muita gente vá a Brasília para "encher as galerias", não só os diretores de estabelecimentos, mas também uns seis funcionários de cada escola para formarem as "tropas de ocupação".

Cabral: "A política não convence o povo"

Na sessão de ontem, de comparecimento razoável, oradores se dirigiram ao relator



Partidos já estão preocupados com o baixo comparecimento ao plenário

Debate mantém plenário vazio

Ao contrário do que era esperado, com a fase dos debates em plenário a Constituinte entrou em um período de calma. Está havendo pouco interesse dos constituintes pelos debates. A lista dos que se inscreveram para discutir os temas e propostas ainda é pequena, fato que está preocupando os partidos.

O deputado Plínio Arruda Sampaio (PT-SP) propôs que a mesa da Constituinte agrupassem os temas mais polêmicos e marcasse datas para sua discussão: "O desinteresse dos constituintes — diz ele — se deve à forma de discussão estabelecida pelo regimento interno. O orador vai à tribuna não para tratar de um tema, mas para discorrer sobre vários assuntos, num espaço de apenas 20 minutos. Isso retira a objetividade da discussão".

A proposta, porém, não foi aceita pela mesa, sob a justificativa de que contraria o regimento interno. Os deputados Aldo Arantes (PC do B-GO), Bociuva Cunha (PDT-RJ) e o próprio Plínio Sampaio sugeriram então que, para contornar o regimento, a presidência marcasse sessões extraordinárias, destinadas exclusivamente à discussão dos temas polêmicos. Mas a ideia não está conseguindo sensibilizar algumas lideranças.

O senador Mário Covas, líder do PMDB, ficou de analisar a proposta, mas ainda não respondeu. O líder do PFL, José Lourenço, teve comportamento idêntico. E o presidente do PDS, Jarbas Passarinho, está convencido de que a fórmula proposta acarretaria um problema oposto. Isto é, atrairia gente demais e tumultuaria os trabalhos, especialmente por causa dos lobistas e de outros interessados em pressionar a Constituinte.

Enquanto o assunto não se define, os debates prosseguem segundo as disposições do regimento interno. Talvez por isso, os constituintes preferem trabalhar nos bastidores e também na elaboração de novas emendas. Está também a fase para a apresentação delas.

A Secretaria-Geral da Constituinte contabilizou, até agora, nesta fase, 756 emendas apresentadas. E menos do que se previa, mas o prazo ainda vai até o próximo dia 12. E a experiência tem demonstrado que os constituintes preferem guardar suas emendas para o último momento.

Naquele dia vence também o prazo para a apresentação de emendas populares. São aquelas oriundas da sociedade, assinadas por no mínimo 30 mil eleitores e apresentadas por entidades civis. Elas são poucas, até agora, mas vão começar a chegar em maior número. E no dia 12 de agosto, várias entidades vão promover a entrega conjunta de uma série de emendas populares. Até agora foram apresentadas 7 emendas.

As emendas populares, por sinal, estão sendo o vínculo mais forte da sociedade com a Constituinte, neste momento. Numerosos grupos e entidades estão mobilizados no País inteiro, para a arrecadação de assinaturas. Algumas pretendem chegar à Constituinte com o apoio de milhares de assinaturas. A Sociedade Brasileira para o

Progresso da Ciência está coletando assinaturas para uma emenda que proíbe a produção, a estocagem ou a passagem de armas nucleares no Brasil. A Federação Nacional dos Jornalistas trabalha numa proposta sobre a participação dos profissionais de imprensa na orientação editorial dos veículos de comunicação de massa.

A Confederação Nacional dos Bispos do Brasil está ocupada com quatro propostas, que tratam dos direitos da família, liberdade religiosa, educação e ordem econômica. Entre outras coisas, elas abrangem temas como o aborto, a assistência religiosa nas prisões, a reforma agrária e a relação trabalho-capital. A questão da reforma agrária, aliás, pode vir a ser o tema que mais assinaturas de apoio vai coletar, porque está sendo trabalhado por várias entidades ao mesmo tempo.

O relator da Comissão de Sistematização, deputado Bernardo Cabral (PMDB-AM), preferiu não atribuir importância determinante ao número de assinaturas de apoio às emendas populares. Para ele, as propostas, desde que apresentem o número mínimo de assinaturas, devem receber igual atenção. Mas Cabral admite que propostas com assinaturas de eleitores da maioria dos estados certamente vão impressionar mais os constituintes.

Têm surgido propostas para que sejam alterados os atuais trabalhos da Constituinte, que não são objetivos e por isso não atraem os parlamentares

Já o deputado Jorge Arbage (PDS-PA), 2º vice-presidente da Constituinte, ressalta que a participação popular é um dos avanços mais importantes permitidos pelo regimento interno. Mas observa que ela "não pode colocar em segundo plano a representatividade de que os constituintes foram revestidos nas eleições de 15 de novembro de 1986". Para ele, portanto, a última palavra deve caber aos constituintes.

O constituinte Mário Lima (PMDB-BA) lembra outro importante canal de participação popular, que foram as numerosas audiências públicas realizadas no âmbito das subcomissões temáticas. "Naquela fase — afirma — foram recolhidas contribuições muito importantes da sociedade. Elas figuram hoje no projeto que está sendo discutido pela Constituinte".

Uma forma inesperada de contribuição, não prevista pelo regimento interno, foram dois documentos recebidos do exterior. Um deles, enviado da Alemanha Oriental, faz considerações sobre a necessidade da reforma agrária. O outro, com mais de 40 mil assinaturas, veio da Austrália. Nele, jovens católicos austríacos se referem à situação dos povos indígenas no Brasil e pedem um esforço especial dos constituintes para assegurar a eles a posse e exploração de suas terras.

"Está claro — comenta o relator Bernardo Cabral — que essa forma de participação não tem o apoio regimental. Portanto, sob esse aspecto os documentos não podem ser considerados. Mas eles constituem um referencial importante porque dão uma ideia do interesse com que são acompanhados lá fora os trabalhos da nossa Constituinte".

Cabral já está trabalhando na preparação do seu futuro substitutivo, aquele que será, na prática, o segundo projeto de Constituição, e o primeiro com a intervenção efetiva do relator. Isto porque, no caso do primeiro projeto — este que está sendo debatido e emendado agora no plenário —, o deputado não teve condições de fornecer nenhuma contribuição pessoal, por imposição do regimento interno.

O segundo projeto será, segundo o relator, um documento mais sintético e menos contraditório. Deve diminuir o número de artigos e muitas das atuais propostas vão ficar de fora, passando a integrar a parte das "disposições transitórias" ou então se transformando em projetos de lei complementar, ou simples projetos de lei, para futura apreciação pelo Congresso Nacional.

O segundo projeto vai necessitar de negociações muito complexas entre os partidos e entre as lideranças. As fases anteriores do trabalho — especialmente as votações no âmbito das subcomissões e comissões temáticas — já demonstraram que muitas propostas só alcançarão o consenso se forem modificadas e adaptadas. E, ainda, que algumas outras forçosamente terão que ser definidas pelo voto.

O presidente da Constituinte, Ulysses Guimarães, sabe disso e diz que as negociações precisam começar logo. Ele pretende participar ativamente desse processo. "Numa primeira etapa — explica — vou chamar todas as lideranças e pedir a elas que definam todas as propostas em que estão de acordo. Depois disso vamos negociar as demais, até que só restem aquelas propostas realmente negociáveis, inconciliáveis. Estas nós teremos que decidir no voto, em plenário".

Antecipando-se a essa tarefa ostensiva de negociação, pelo menos três grupos bem delineados já trabalham à margem do plenário, seja para assegurar posições, seja para derrubar propostas que consideram inaceitáveis, seja apenas para evitar confrontos mais sérios no futuro.

O grupo mais ativo, provavelmente, está sendo o chamado Centro Democrático, liderado pelo deputado cearense Expedito Machado (PMDB) e pelo baiano Carlos Sant'Anna (PMDB-líder do Governo). Seu objetivo principal é neutralizar os setores mais à esquerda do PMDB e da Constituinte, contendo possíveis avanços dessa corrente. Segundo seus líderes, o grupo deve chegar aos 300 integrantes e pode vir a chamar-se Grupo Unidade Democrática. O deputado Roberto Cardoso Alves (PMDB-SP) afirma que o grupo "está comprometido com a livre iniciativa e os ideais democráticos".

O deputado Bernardo Cabral (PMDB/AM), relator da Comissão de Sistematização, um dos poucos presentes à sessão extraordinária de ontem da Assembleia Nacional Constituinte, aproveitou o aparte concedido por um dos oradores, deputado Jorge Arbage (PDS/PA), para lembrar que "a política hoje é sinônimo de tudo aquilo que não convence o povo brasileiro". Por isso, elogiou e felicitou o constituinte "pelo respeito com que usa a tribuna" e permaneceu em plenário ouvindo os seis debatedores de seu anteprojeto de Constituição. O presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, só chegou cinco minutos antes da sessão terminar, às 11h40.

Proporcionalmente à participação dos constituintes às sessões que vêm se realizando durante a semana, a extraordinária de ontem, em uma ensolarada manhã de domingo, foi bastante concorrida. No início, a mesa registrou 129 presentes à Casa, embora em plenário estivessem menos de dez parlamentares. As inscrições para o debate do anteprojeto de Constituição foram feitas ontem mesmo, ocupando todo o tempo livre da sessão, para elogios e algumas críticas ao trabalho de Bernardo Cabral.

EVANGELHO  
Arbage fez uma análise generalizada sobre o ante-

projeto, comparando os trabalhos da Constituinte com o evangelho. Ao final de seu pronunciamento, questionou: "Precisariam mais que sabedoria e inteligência para cumprir com dignidade e justiça a confiança que o povo no outorgou?".

O segundo orador a ocupar a tribuna, deputado Ivo Mainardi (PMDB/RS), também cumprimentou o relator, "pela oportunidade de fazer inserir no projeto de Constituição um espaço à Justiça". Citou exemplos da morosidade do Judiciário brasileiro e disse esperar que o plenário aprove a autonomia, o poder, a forma e os mecanismos necessários para a agilização da Justiça. "Em Porto Alegre", lembrou

ele, "a polícia entregou 20 mil inquiridos de trânsito, ao Poder Judiciário, prescritos. Em São Paulo, se acontecesse um milagre, e se não houvesse mais nenhum homicídio nem crimes de competência do Tribunal do Juri só em 19 anos e 8 meses todos os processos hoje em andamento seriam julgados".

O deputado Paulo Delgado (PT/MG), falando pelo seu partido, disse esperar que a Constituição seja um instrumento eficaz, uma alavanca para as transformações sociais de que tanto precisamos neste País". Ele repudiou as críticas que, segundo avalia, têm sido feitas "muito mais em relação ao que o projeto tem de positivo". Dirigiu-se a Bernardo



Cabral elogia a atuação de Jorge Arbage

Cabral, ressaltou ainda que o PT defende a ligação dos partidos políticos à sociedade civil, e não às estruturas de poder do Estado.

Delgado defendeu a inclusão no projeto de Constituição do "mandato de injunção", dispositivo fixado ainda na fase das Subcomissões, que assegura ao eleitorado o direito de casar o mandato do parlamentar eleito. "Ele é o dono do voto e precisa de formas democráticas para exercer a capacidade de sua soberania. E uma maneira de dar condições a esta grande massa de desiludidos se integrar à vida pública, exercendo controle sobre seus eleitos". Para o deputado petista, uma das falhas do anteprojeto de Cabral foi não ter aprofundado "uma das questões cruciais para a sociedade brasileira", que é o papel das Forças Armadas.

Os deputados deputados Adroaldo Streck (PDT/RS) e Costa Ferreira (PFL/MA) enfocaram um dos temas mais polêmicos da Constituinte que têm sido diariamente ressaltados pelos oradores, a reforma agrária. O parlamentar gaúcho disse que esta é uma questão que deve ficar bem clara na nova Carta, para que se evite "um confronto de nível nacional dentro de dois ou três anos". Defendeu a criação de um crédito fundiário eficiente que não privilegie ninguém.



Mulher gaúcha acredita na Constituinte

Porto Alegre — As mulheres pobres, no Rio Grande do Sul, acreditam que a Constituinte ajudará a resolver os seus problemas econômicos. Para tanto, reúnem-se, todas as sextas-feiras, nos centros sociais da LBA — Legião Brasileira de Assistência — para, em grupos, discutirem propostas que poderão constar de emendas para a nova Constituição.

A coordenadora do Pró-Mulher-LBA, no Rio Grande do Sul, Vera Ruschel disse que está sendo dada uma particular atenção à emenda que dispõe sobre os direitos e garantias da mulher, porque ela não protege apenas o sexo feminino, mas traz direitos e garantias para ambos os sexos. Como exemplo, cita o artigo da emenda que afirma que "todos são iguais perante a lei. Homens e Mulheres possuem a mesma dignidade pessoal e social, não podendo ser prejudicados, privilegiados por forma discriminatória em razão de nacionalidade, sexo, raça, cor, religião, convicção política ou filosófica, deficiência física ou mental, idade, grau de instrução, atividade profissional, estado civil, classe social e condições de nascimento".

CONSCIÊNCIAÇÃO  
A coordenadora do Pró-Mulher-LBA disse que o mais importante que está ocorrendo é a conscientização da mulher na sociedade como indivíduo, pois as mulheres pobres do Rio Grande do Sul esperam que a Constituinte proporcione mais empregos, mais creches e escolas, assistência médica para todos e melhores salários. Elas estão atuando como uma espécie de multiplicadoras, levando a este processo de conscientização dos direitos da mulher pobre e criando um novo caminho para enfrentar as questões femininas.

PSB prepara o seu congresso

Socialismo e liberdade" será o tema central do 1º Congresso Nacional do Partido Socialista Brasileiro (PSB), que vai ser realizado em setembro, em Brasília, no auditório Nereu Ramos da Câmara dos Deputados. Apesar de ser uma sigla muito antiga, o PSB ainda não conseguiu se estruturar totalmente. Filiados ao partido existem apenas dois parlamentares: o senador Jamil Haddad, do Rio de Janeiro, presidente nacional; e a deputada Beth Azize, do Amazonas. Em Brasília existem cerca de cinco mil militantes.

A princípio, a data do congresso está marcada para os dias 4, 5, 6 e 7 de setembro. Mas pode ser alterada, porque os organizadores do evento estão tentando convidar várias personalidades internacionais, como Hortência Allende, viúva do ex-presidente do Chile, Salvador Allende, assassinado pelo golpe militar que governa o País. Os contatos ainda estão sendo realizados, mas até agora

não houve nenhuma resposta.

No Distrito Federal foram criadas seis subcomissões: alimentação e hospedagem, apoio, recepção, finanças, transportes e divulgação. Os organizadores convocam todos os setores e movimentos populares, democratas e socialistas para participarem do congresso. A primeira sessão plenária será realizada no dia 5, enquanto a reunião final está prevista para o dia 7, à tarde. A comissão executiva está funcionando no Edifício Acropól, Setor de Diversões Sul, sala 306.

O PSB, que não pretende apoiar o Governo do Presidente José Sarney, sonha com um grande número de parlamentares. Segundo estatísticas da cúpula do partido no Distrito Federal cerca de 42 parlamentares já demonstraram grande simpatia com o programa partidário e manifestaram desejo de se filiar. Isso deve ocorrer depois da promulgação da nova Constituição.

Funcionários do Maranhão terão aumento

São Luís — "Funcionalismo pode ficar tranqüilo, porque a partir de 1º de agosto os salários serão melhores. Vamos dar um aumento entre 80 a 100 por cento, mas há casos em que o índice poderá chegar a 200 por cento". A declaração é do governador Epitácio Cafeteira, que reafirmou sua disposição de enviar no próximo dia 04 de agosto, a mensagem propondo o novo Plano de Cargos e Salários para os servidores do Maranhão. O Chefe do Executivo explicou que os novos salários serão concedidos em bases realistas. A receita do Estado totaliza 680 milhões, desse total, o governo pretende destinar 500 milhões de cruzados para a folha de pagamento, restando 180 milhões para todas as outras despesas e obrigações do Governo".

Magalhães: A Bahia está violenta

Salvador — O ministro das Comunicações, Antônio Carlos Magalhães, informou ontem, que ainda esta semana, em Brasília, vai procurar o ministro da Justiça, Paulo Brossard, para denunciar a escalada da violência na Bahia. "Está faltando autoridade ao governo da Bahia", afirmou o ministro, confessando-se "assustado" com o aumento da violência no Estado.

— Estamos em uma situação em que cada um faz o que quer. Todo dia morre gente nas praças públicas, os soldados da Polícia Militar prendem as pessoas e estas desaparecem depois. Isso não pode ocorrer — afirmou Antônio Carlos, que há 40 dias não vinha a Salvador. "Confesso que de longe não se sente a gravidade do que está se passando aqui, mas quando se chega fica-se assustado", afirmou.

Retomada na Norte-Sul criticada por Camargo

"Na hora em que o Governo se propõe a uma política de austeridade, anuncia um Plano Macroeconômico que está sendo apresentado em negociações internacionais, uma notícia como esta desmoraliza o projeto econômico do Governo". Assim reagiu ontem o ex-ministro dos Transportes e maior crítico da construção da Ferrovia Norte-Sul, senador Afonso Camargo (PMDB-PR) ao tomar conhecimento do prosseguimento dos trabalhos de análise de projeto da construção da ferrovia, apesar do anúncio do presi-

dente Sarney há dois meses, de que a obra estava adiada.

— Se o presidente Sarney anunciou oficialmente que a obra estava adiada por seis meses, não tem o menor sentido o prosseguimento dos trabalhos de análise do projeto, comentou o senador, insistindo em que este tipo de descumprimento de uma determinação presidencial "desmoraliza a proposta do Governo de conter gastos e de controlar o déficit público".